

FERNANDA ROSTY

BALANÇO SOCIAL: INVESTIR É PRECISO

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós Graduação em Gestão de Negócios 2002

Orientador: Prof. Vicente Pacheco, MSc

CURITIBA

2003

Dedico esta monografia a todos os empresários ou segmentos da sociedade que desenvolvem algum tipo de trabalho em prol da comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	01
1. RESPONSABILIDADE SOCIAL	03
2. BALANÇO SOCIAL	06
2.1 Conceituação do Balanço Social	06
2.2 Histórico do Balanço Social	09
2.3 Objetivos do Balanço Social	14
2.4 Adesão ao Balanço Social	15
2.5 Alternativas para Implantação do Balanço Social	17
2.6 Público Alvo do Balanço Social	21
2.7 Busca de Modelos para o Balanço Social	24
2.8 Balanço Social – Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA)	29
2.9 Custo/Benefício do Balanço Social	31
3. AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL	33
3.1 Metodologia para Auditoria do Balanço Social	34
3.2 Modelo de Auditoria do Balanço Social	35
3.3 Fases do Modelo de Auditoria do Balanço Social	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	43

RESUMO

ROSTY, Fernanda. BALANÇO SOCIAL: INVESTIR É PRECISO. O Balanço Social surgiu a partir da iniciativa de algumas empresas/entidades que ao desenvolverem ações de responsabilidade social, beneficiaram os mais diversos usuários na Europa, Estados Unidos e América Latina. Estas, ao empreenderem tais ações, verificaram resultados positivos não somente para sua clientela e comunidade mais próxima, mas também para a sociedade em geral e, principalmente para a própria empresa que constatou a reversão do bem propiciado na conquista de um diferencial positivo para sua imagem, passando a ser mais valorizada frente aos investidores. Desde então, passou-se a apresentar o resultado das ações praticadas pelas empresas, através de demonstrações que registram os efeitos sociais na contabilidade empresarial, caracterizando-se como Balanço Social. Não existe um modelo único e pré-determinado para a realização do Balanço Social, entretanto o presente trabalho apresenta alguns exemplos que poderão servir de base aos empresários que optarem por sua divulgação. É importante ressaltar, que deverão fazer parte de qualquer modelo construído, indicadores/índices/valores econômicos, sociais e ecológicos, que venham a complementar o atual sistema de informação contábil. O meio empresarial poderá lançar mão de várias alternativas para praticar a responsabilidade social, visando atender as necessidades da sociedade atual, principalmente no Brasil, tão carente de ações neste campo. Estas atividades, no entanto, não deverão ser concebidas apenas na esfera filantrópica e caritativa, mas voltadas para estratégias que busquem resultados de bem-estar para a sociedade em geral, mesmo que a longo prazo. Para assegurar maior credibilidade no trabalho desenvolvido é importante que as ações realizadas sejam constantemente analisadas e avaliadas, através de processo de auditoria contábil. Desta forma, poderá ser constatado se a execução do projeto corresponde ao planejado e se o mesmo está sendo traduzido nos relatórios contábeis de forma confiável. O Balanço social justifica-se uma vez que a sociedade precisa da empresa e esta precisa muito mais da sociedade, já que sem o seu aval nenhuma empresa permanece no mercado por muito tempo.

Palavras-chave: Balanço Social, Responsabilidade Social, Empresas, Sociedade e Resultados.

INTRODUÇÃO

O capitalismo tem entre suas funções básicas desenvolver necessidades de consumo na sociedade, de forma que esta sempre esteja disposta a absorver a produção das empresas de uma forma geral, garantindo assim a existência das mesmas. Estabelece-se, desta forma, uma relação recíproca de dependência entre ambos – sociedade e empresas -, porém com uma desvantagem para as últimas, dado o grande espaço ocupado pelas concorrentes. Assim sendo, os papéis se inverteram, se antes o consumidor precisava procurar muito até encontrar o produto que desejava, hoje dispõe de uma grande variedade, e encontra uma série de empresas dispostas a se empenharem para lhe satisfazer os menores caprichos.

No esforço de agradar o cliente e a comunidade vizinha, as empresas têm procurado se antecipar às exigências legais e aos reclamos da sociedade, no que concerne à sua responsabilidade social. Hoje, as empresas estão muito mais preocupadas com o bem-estar de seus funcionários, com a qualidade ambiental e em contribuir para o desenvolvimento econômico-social da região onde estão instaladas. E como fazer não basta, pois divulgar também é preciso, o Balanço Social vem prestar-se como instrumento de comunicação da empresa para a sociedade.

Trata-se de uma idéia já discutida há décadas e que ainda carece de discussão, mas que precisa ser abraçada. Os benefícios serão para a sociedade como um todo e para a própria empresa.

Sob esta ótica, a presente monografia se propõe a oferecer subsídios relativos a questões do Balanço Social, para aqueles que pretendem desenvolver esta prática. Para tanto, compõe-se de três capítulos, sendo que o primeiro apresenta uma abordagem que pretende situar o leitor em relação a aspectos básicos inerentes a Responsabilidade Social.

O segundo capítulo expõe detalhadamente a concepção e conceituação do que vem a ser o Balanço Social, bem como, seu histórico, objetivos, sua prática, público alvo, modelos, demonstrativos e custo/benefício para sua implantação.

Já o terceiro e último capítulo, refere-se a aspectos relativos à Auditoria do Balanço Social, que envolve: conceituação, objetivos, metodologia, benefícios, modelo e suas fases.

Dada a carência de referencial teórico nesta área, por constituir-se em tema relativamente novo, espera-se contribuir através desta abordagem, para que aqueles que venham a se interessar pelo assunto, queiram aprimorar suas pesquisas, ou ainda, aos que desejem investir no Balanço Social, tenham mais uma fonte de informação.

Pretende-se ainda, que este trabalho venha a incentivar o meio empresarial e os diversos segmentos da sociedade para o desenvolvimento de ações de responsabilidade social, culminando com o Balanço Social, uma vez que empresa e sociedade dependem uma da outra, portanto, **INVESTIR É PRECISO!**

1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Entende-se que a empresa dos dias atuais, além de ser um agente econômico com a missão de produzir riquezas, buscar lucros, é também um agente social que tem como grande responsabilidade: a criação e manutenção de empregos, a preservação do meio ambiente, a contribuição para a formação profissional, a qualidade dos bens/serviços, bem como outras responsabilidades que são importantes para o contínuo desenvolvimento de uma empresa.

Sem dúvida, o compromisso social de uma empresa é muito maior hoje do que há alguns anos, isto porque a mesma vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. As inter-relações existentes entre esta e os vários elementos do seu ambiente, demonstram a grande dimensão da sua responsabilidade social, definida pelo Instituto Ethos (1997), como "uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários".

Segundo Borba et alii (2001. 53-55), a responsabilidade social está dividida em *gestão interna*, "voltada para seus clientes internos que são os trabalhadores e seus dependentes, motivando-os para um desempenho com excelência, criando um ambiente de trabalho confortável, voltado para seu bem-estar"; e a *gestão externa*, "focada em ações sociais destinadas à comunidade. Estas ações poderão ser realizadas por meio de doações, projetos sociais de sustentabilidade em parceria com a sociedade civil organizada, empregados, fornecedores e seus parceiros em geral".

É importante salientar entretanto, que a responsabilidade social não deve ser concebida apenas na esfera filantrópica e caritativa, praticada pela iniciativa privada,

mas também estar voltada para estratégias de auto-sustentabilidade de longo prazo, buscando resultados de bem-estar para a sociedade em geral.

Convém ressaltar porém, que cumprir todas as obrigações legais não significa, necessariamente, ser socialmente responsável, é preciso ir além, investindo em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais.

O investimento em tecnologias e práticas empresariais ambientalmente responsáveis, indo além do simples cumprimento da lei, poderá aumentar a competitividade de uma empresa e ter um efeito direto sobre a sua produtividade. Ao se oferecer melhores condições de trabalho, de formação, aprimoramento nas relações entre administradores/trabalhadores, possibilita-se uma gestão de mudança, conciliando-se o desenvolvimento social e reforçando a competitividade.

Segundo a Comissão das Comunidades Européias (Julho/2001), um conjunto de empresas obteve bons resultados em termos sociais e ecológicos com a prática da responsabilidade social, indicando que estas atividades podem resultar num desempenho, crescimento e capacidade de gerar lucros superiores. No entanto, muitas empresas, julgam que esta nova atividade ainda requer uma avaliação a longo prazo, sendo que o impacto econômico da responsabilidade social pode traduzir-se em efeitos diretos e indiretos.

Os efeitos diretos, por exemplo, podem surgir a partir de um melhor ambiente de trabalho, que propiciará um maior empenho por parte dos trabalhadores e, conseqüentemente, uma maior produtividade, ou ainda, uma otimização na utilização dos recursos naturais. Já os efeitos indiretos, viriam como conseqüência de uma maior atenção dos consumidores e investidores, aumentando as oportunidades de mercado.

Com o aumento gradativo de interesse das empresas em demonstrar seus investimentos na área socioeconômica, surge então o Balanço Social, que permite avaliar e informar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto no seu interior

(empresa e empregados), como no seu meio ambiente (empresa e sociedade), o qual será tema do próximo capítulo.

2 BALANÇO SOCIAL

A partir da constatação da importância de um maior envolvimento por parte das empresas, no que se refere a sua responsabilidade social, conforme abordado no capítulo anterior, surge a necessidade do conhecimento e divulgação do que vem a ser o Balanço Social, seus objetivos, sua história, sua prática, público alvo, modelos, demonstrativos e custo/benefício para sua implantação.

2.1 Conceituação do Balanço Social

O Balanço Social é um instrumento medidor que permite verificar a situação da empresa no âmbito social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

É um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos, ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Antes mesmo de ser uma demonstração para a sociedade, o Balanço Social é considerado uma ferramenta gerencial, pois reúne dados quantitativos e qualitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, sendo que estes poderão ser comparados e analisados conforme a necessidade dos usuários internos, podendo ser ainda um instrumento de controle e de auxílio para a adoção de estratégias e tomada de decisões.

É, também, uma ferramenta de auxílio na gestão da entidade que contribui para a melhoria da estrutura organizacional, da informação, da comunicação, da produtividade, da eficiência e da eficácia, entre outros.

Segundo Tinoco (1984), “o Balanço Social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis esparsos pela empresa – na verdade sua função é reunir esses indicadores, dar-lhes um tratamento adequado, em termos de ‘disclosure’ – e a gama de informações que comporta pressupõe a cooperação de vários departamentos e a colaboração de numerosos assalariados encarregados de coletar os dados de base”. Para Gonçalves (1980) o Balanço Social é “um instrumento colocado nas mãos do empresário para que possa refletir, medir, sentir como vai sua empresa, o seu empreendimento, no campo social”. Assim sendo, constata-se que ambos exprimem a função social do Balanço e o visualizam como um elo de ligação entre a organização, os funcionários e a sociedade.

Aprofundando-se um pouco mais a questão, alinham-se algumas definições ilustrativas por suas diferenças, no imenso campo de pesquisa relativo ao assunto:

Balanço Social:

a) “é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta”. (BETINHO, 1998);

b) “na sua concepção mais ampla envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e recursos humanos”. (MAISA DE SOUZA RIBEIRO e LÁZARO PLÁCIDO LISBOA);

c) “é um instrumento gerencial constituído por um processo que abrange o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações sociais de cada Empresa, de forma a sistematizar a sua gestão social”. (Balanço Social da TELEBRÁS);

d) “consiste basicamente em reunir e sistematizar a informação da área social num documento político, onde se possa quantificar dados, mediante o elemento básico do Balanço Social, que são os indicadores sociais”. (GONÇALVES, 1980);

e) “é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar da forma mais transparente possível, vale dizer com evidenciação plena – full disclosure -, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho de entidades aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários, os trabalhadores”. (TINOCO, 1984);

f) “é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no domínio social, de registrar as realizações que foram efetuadas e de avaliar as relações ocorridas no decurso do ano”. (CAHIERS FRANÇAIS, n. 183, out/dez 1977);

g) “é um instrumento colocado nas mãos do empresário para que possa refletir, medir, sentir como vai a sua empresa, o seu empreendimento, no campo social”. (GONÇALVES, 1980);

h) “é um instrumento de concretização da responsabilidade social da empresa, sendo uma maneira de dar transparência às atividades que objetivam a melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores, dependentes e comunidade onde está inserida”. (BORBA, BORSA e ANDREATA, 2001);

i) “representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”. (SÁ, 2000);

j) “representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage, no espaço temporal passado/presente/futuro”. (KROETZ, 2000);

k) “é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente

avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”. (DE LUCCA, 1998);

l) “o balanço social é um documento importante, espelho da situação social na empresa, ele testemunha o clima que a rege. Plataforma de cooperação ou de reivindicação, ele inaugura de maneira implícita uma nova era nos relatórios entre a direção e os assalariados”. Explicita ainda que é necessário conceder ao balanço social a mesma consideração de que se beneficiam o balanço financeiro e o balanço fiscal. (DANZIGER, 1983).

Conclui-se, então, que o balanço social é a ferramenta utilizada por empresas que visam demonstrar, aos mais diferenciados usuários, as suas preocupações para com a sociedade.

Existem, ainda, empresas que adotam o Balanço Social, para que este privilegie aspectos mais tradicionais da Contabilidade, ou mesmo concilie os aspectos econômicos com os sociais.

2.2 Histórico do Balanço Social

O Balanço Social efetivou-se a partir de pressões sociais, que objetivavam melhorar o processo de transparência entre as entidades e a sociedade.

Conta-se através dos historiados que nos anos 60, nos EUA e na Europa, as manifestações de repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e, diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. Surgiram então, as primeiras informações sociais, publicadas com o balanço patrimonial.

Conforme estudos de Lopes de Sá, o Balanço Social “representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”, e parece ter sido, inicialmente, desenvolvido na década de 50, embora “na Alemanha, em 1939, a empresa AEG já publicasse tal peça”.

Segundo Carvalho, “este novo instrumento parece ter sua origem no EUA, no final dos anos 60, precisamente como resposta empresarial a um movimento progressivamente contestatório e imerso na escala de valores peculiar da vida norte-americana, que chega a por em causa o valor das organizações relativamente ao seu contributo para o meio em que se insere”.

Na realidade, estudos apontam que americanos, europeus e latino-americanos, a partir de interesses, peculiaridades e culturas próprias, desenvolveram “modelos” de Contabilidade Social, Auditoria Social e Balanço Social, desde o final da década de 70.

Nos Estados Unidos, os estudos relativos ao tema, partiram das universidades, sendo que as principais características dos seus modelos, eram dirigidas aos aspectos sociais públicos, focando principalmente as questões relativas à diminuição da violência e à melhoria da relação das empresas com os consumidores.

Já na Europa, o Balanço Social enfatizou os aspectos de planeamento humano e social na empresa, objetivando assumir igualdade de competência e aceitação comparativa aos demais processos empresariais (econômico, comercial, tecnológico, etc.), visando um desenvolvimento mais voltado à solidariedade econômica do bloco europeu em formação.

Na década de 70, alguns pesquisadores franceses, propuseram-se a reunir e a comentar dados estatísticos correntes, em consequência de terem percebido que com este trabalho a abordagem dos problemas sociais econômicos da nação (ex.: relação do emprego, mobilidade social, utilização do lucro), se traduzia com mais propriedade.

Carvalho (sd: 63) então afirma que: “Na França, concebe-se inicialmente o Balanço Social como um método global de investigação social para o diagnóstico da ‘saúde’ social desta e planificação estratégica do futuro, sob proposta do ‘Institut de l’Entrepise’, em colaboração com uma equipe de investigadores dirigida por Alian

Chevalier; mais tarde surgindo o relatório Sudreau que deu origem em 1977 à lei sobre Balanço Social”.

A lei francesa nº 77.769 du 12 juillet 1977, que obrigava as empresas com 300 ou mais empregados a publicar o Balanço Social, tinha como seus principais méritos:

- reconhecer, de forma institucional, a importância dos empregados como usuários da informação contábil;
- o tipo de informação – enfoque para os empregados: emprego, remuneração e encargos acessórios, condições de segurança do trabalho, formação profissional e outras condições de vida relevantes na empresa;
- aspecto de comparabilidade: o balanço social era acompanhado de informações relativas aos dois últimos anos.

A guerra do Vietnã, os movimentos estudantis na França e Alemanha, e o aumento dos problemas sociais fizeram com que as iniciativas se multiplicassem, iniciando-se a discussão sobre a responsabilidade social das empresas e a procura de uma forma de demonstrar essas informações à sociedade.

Surgia então a proposta de uma demonstração chamada genericamente de Balanço Social, recebendo em outros países, a seguintes denominações:

a) Social Audit – (modelo norte-americano) objetivava cuidar da imagem da empresa, sendo traduzido em termos monetários, como quantificador de vantagens e prejuízos sociais, visando completar, no futuro, o balanço financeiro tradicional;

b) Bilan Social – proposta francesa, baseada na idéia de conciliação com os trabalhadores, que deu origem à lei 77.769 de 12/07/1977;

c) Die Sozialbilanz – estilo alemão que tenta sintetizar os dois modelos existentes (americano e francês).

Também aderiram ao Balanço Social, os portugueses, tornando-o obrigatório por meio da regulamentação expressa na Lei 141/85 de 14/11/85, que teve suporte no projeto da ex-ASDI (Acção Social-Democrata Independente).

Na América Latina, o Balanço Social mesclava a experiência americana/européia, buscando um modelo humanizador para a empresa e visando criar propostas participativas para o desenvolvimento de uma democracia possível, quando quase que a totalidade dos países latino-americanos vivia sob regimes fechados e autoritários.

No Brasil a idéia começou a ser discutida na década de 70. Contudo, apenas nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. A partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente.

O professor e pesquisador Almada Rodrigues publicou, na década de 70, o artigo intitulado "Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica", no qual apresenta algumas discussões em relação à Contabilidade Social, ao Balanço Social e à Auditoria Socioeconômica, relatando, inclusive, as experiências européias sobre estes temas e as bibliografias existentes na época (basicamente de origem francesa).

Desde 1976, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) vem acompanhando com interesse o tema Balanço social, analisando a forma ideal para aplicá-lo no Brasil, através de observação do que é feito em outros países.

No final da década de 80 e no início da de 90, foram publicados os primeiros relatórios parecidos com o verdadeiro Balanço Social. Além de informações de natureza social, tiveram início as primeiras publicações sobre a destinação da riqueza criada pelas empresas.

O cenário começa a se alterar, nos anos 90. O Balanço Social encontrou defensores de expressão que incentivaram sua publicação, chamando a atenção da comunidade política e empresarial.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935 – 1997), levantou a bandeira do Balanço Social e lançou uma campanha nacional pela sua publicação, divulgando assim, amplamente, a idéia deste balanço e promovendo grande debate entre as associações de empresas e empresários, tais como Abrasca (Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto) e PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), além da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão regulamentador das companhias abertas.

Por se tratar de uma tendência em escala crescente, no Brasil, encontravam-se em estudos na esfera federal duas proposições: a) no Senado Federal, Projeto de Lei do Senado nº 117, de 1996, que faz menção de tornar obrigatória a publicação do Balanço Social para as entidades já obrigadas a divulgar seu Balanço Patrimonial (este PL ainda permanece); e b) o Projeto Lei (PL) nº 3.116/97 (vide anexo1), no Congresso Nacional, pelo qual se pretendia estabelecer a obrigatoriedade para as entidades públicas de modo geral e às empresas privadas, com mais de cem empregados, da publicação do Balanço Social. Esse PL chegou até à Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 19/06/1997 e foi arquivado em 01/02/1998, de acordo com o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do balanço social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura dos proponentes, sejam automaticamente arquivados quando se inicia a próxima.

Em substituição ao PL arquivado, tramitou na Câmara dos Deputados o PL nº 32/99 (vide anexo 2), apresentado no dia 03/02/99, sendo uma reapresentação do PL nº 3.116/97.

Esse projeto, por sua vez, foi aprovado pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (no dia 17/11/1999), seguindo seu trâmite na Comissão de Finanças. Após aprovação, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

Sendo assim, surge mais um campo de trabalho para a Contabilidade Brasileira abraçar e defender a sua causa, estudando-a e transformando-a em exemplo de responsabilidade social, visando contribuir para a melhoria social e ambiental.

2.3 Objetivos do Balanço Social

Um dos objetivos do Balanço Social é que este deve ser eqüitativo e comunicar informações que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade.

Os objetivos do Balanço Social variam de acordo com as áreas de interesse e níveis de complexidade empresariais.

Segundo Kroetz (2000. 79-80), "o Balanço Social tem como objetivos:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidades e outros;
- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;

h) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;

i) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);

j) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;

k) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;

l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais”.

Para Tinoco (2001. 30), “o balanço social é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informações e tem um duplo objetivo:

1. No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa;
2. No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente”.

Verifica-se então, que o Balanço Social surge como demonstração que tem como objetivo genérico, suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social para a sociedade como um todo.

2.4 Adesão ao Balanço Social

São várias as razões para explicar a tendência dos dirigentes em assumir o papel de agentes de mudança das condições sociais. A principal delas, sem dúvida, é a existência de uma expectativa da sociedade em relação à postura responsável

das empresas, uma resposta pragmática à consumidores e cidadãos cada vez mais exigentes e cientes de seus direitos.

Aos poucos as empresas vêm percebendo que boas práticas em relação a seus colaboradores diretos, o cuidado com o meio ambiente e ações no campo social contribuem para melhorar sua imagem, aumentar a fidelidade e a produtividade de seus empregados e para atrair novos investidores. No Brasil, a exemplo do que ocorre em vários países, essa tendência também se verifica. Cresce o número de empresas que procuram associar suas marcas a projetos de interesse público.

Alguns dos motivos pelos quais as empresas aderem ao Balanço Social deve-se ao fato do mesmo ser:

- Ético – o fato de ser justo, bom e responsável já é um bem em si mesmo;
- Agregar valor – constitui-se num diferencial para a imagem da empresa, que passa a ser mais valorizada por investidores do Brasil e do mundo;
- Diminuir os riscos – uma conduta ética e transparente deve fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje, dada a rapidez da circulação de informações sobre empresas nos mercados internacionais, em função da globalização;
- Um moderno instrumento de gestão – constitui-se em valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos;
- Instrumento de avaliação – o balanço social já faz parte dos documentos necessários para conhecimento e avaliação dos riscos e projeções de uma empresa, utilizado pelos analistas e investidores de mercado e órgãos de financiamento (exemplos: BNDES e BID);

- Inovador e transformador – ao realizar e publicar Balanço Social anualmente muda-se a antiga visão, indiferente à satisfação e o bem-estar dos funcionários e clientes, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam as práticas de responsabilidade social e ambiental.

O investimento neste campo é fundamental, uma vez que a sociedade merece ser informada dos esforços em função do social e sua divulgação é positiva para as empresas, quer do ponto de vista de sua imagem, quer do ponto de vista de melhoria e qualificação da informação contábil-financeira.

2.5 Alternativas para Implantação do Balanço Social

O contexto social atual vem delineando novas oportunidades para o avanço do processo de integração social e extensão da condição de cidadania no Brasil. Para tanto, as empresas podem começar a efetuar o Balanço Social, através de ações:

• Na Comunidade

- Oferecer apoio às escolas locais – Buscar meios pelos quais a empresa poderá dar suporte e melhorar a educação oferecida pelas escolas públicas locais. Incentivar seus funcionários para se tornarem mentores ou voluntários e a participarem de eventos organizados pelas escolas, ou até mesmo a darem palestras a alunos e professores sobre habilidades profissionais necessárias para atuar em suas áreas de trabalho;
- Fazer doações de equipamentos usados ou excedentes – As escolas podem beneficiar-se com a utilização de uma variedade de produtos e materiais, e até mesmo, restos de matéria-prima ou produtos ultrapassados podem ser utilizados para projetos escolares;
- Alfabetização de jovens e adultos – Oferecer a jovens e adultos, vindos de famílias de baixa renda, o acesso a cursos de alfabetização;

- Fazer parceria com escolas – O estabelecimento de parcerias com escolas públicas ou comunitárias, poderá suprir uma variedade de serviços. Exemplo: a disponibilização de tempo de trabalho dos funcionários para ajudar em consertos ou faxinas, bem como, realizar pequenas palestras sobre diversos assuntos (aconselhamento sobre carreiras, ou matérias que estão sendo estudadas), ajudar na gestão da escola, promover programas de melhoria da qualidade de ensino, preparar material didático ou treinar professores;
- Criar um intercâmbio com a escola - Muitas escolas procuram por empresas locais que possam oferecer estágio para os seus alunos. Entretanto, não se deve encarar este tipo de programa como uma fonte de mão de obra barata. Deve-se tentar criar uma verdadeira oportunidade de aprendizado para o estagiário, bem como para a empresa;
- Cooperação nutricional – Aproveitar hortigranjeiros excedentes na comercialização, para doação a entidades sociais previamente cadastradas. Os produtos não comercializados, em condições de consumo podem ser recolhidos, selecionados e distribuídos à orfanatos, creches, hospitais, asilos e escolas especiais, para reforçar a qualidade nutricional das refeições servidas.

• **No Meio Ambiente**

- Criar códigos de reciclagem – Criar a consciência quanto a utilização de resíduos que representam tudo aquilo que não se pode mais usar ou vender, mas que poderá ser reciclado, e que se deverá pagar para poder se livrar dele. Tentar encorajar os funcionários a apresentar sugestões para a redução do resíduo através da reutilização de materiais e reciclagem daqueles que não poderão mais ser utilizados;
- Reduzir o consumo de papel - Em muitas empresas, o papel é a maior fonte de lixo. Estabelecer na empresa uma ampla política para o uso dos dois lados do papel para fotocópias. O lado branco do papel impresso poderá ser

usado para rascunho de documentos. Usar e-mail ao invés de imprimir cópias. Utilizar formulários ultrapassados, que não tenham mais uso, para memorandos internos. Memorandos dirigidos a todos os funcionários podem ser afixados em locais centrais da empresa, ao invés de serem distribuídos a todos. Solicitar aos funcionários a guardarem documentos em disquetes, substituindo o uso de papel;

- Usar produtos de papel reciclado - Existe no mercado uma grande variedade de produtos de papel reciclado, que na maioria das vezes compete em preço com o "papel virgem". Escolher papel com o maior índice de material reciclado. Além de papel para impressão, existem outros produtos feitos com material reciclado, tais como: pastas para arquivo, capas para relatório, etiquetas, e outros;
- Doar o excedente de móveis e equipamentos - Existem inúmeras organizações que estão sempre prontas a aceitar os bens que não são mais úteis, ou que se tornaram obsoletos para a sua empresa, tais como: máquinas de datilografia, computadores antigos, impressoras matriciais, máquinas de fac-símile, equipamentos telefônicos, escrivaninhas, cadeiras, mesas, estantes, e outros. Buscar organizações beneficentes que aceitem essas doações. Com alguns telefonemas poder-se-á descobrir o tipo de equipamento que estas organizações utilizam e se podem vir retirar o material. Vale lembrar que a doação bem documentada poderá ser deduzida do imposto de renda;
- Evitar produtos que geram resíduos – Ao fazer as compras da empresa, procurar por produtos que sejam mais duráveis, de melhor qualidade, recicláveis ou que possam ser reutilizados. Procurar evitar produtos descartáveis, como canetas, utensílios para consumo de alimentos, copos de papel, etc.

• No Mercado

- Fazer os investimentos da empresa com instituições socialmente responsáveis - Considerar a possibilidade de aplicar os fundos de sua

empresa em instituições financeiras que suportem uma causa social. Existe uma grande variedade delas trabalhando no desenvolvimento de programas comunitários;

- Utilizar cartões de afinidade e serviços de instituições socialmente responsáveis – Procurar formas de dar suporte ao trabalho social de instituições. Utilizar cartões de crédito, serviços de telefonia, prêmios de seguro e outros produtos e serviços providos por instituições que trabalham em causas sociais, cujas vendas irão em benefício de seus programas.

- **No Local de Trabalho**

- Proporcionar programas de treinamento – Treinar supervisores e gerentes para criar um ambiente de trabalho positivo;
- Estabelecer uma regra justa para encaminhamento de reclamações - Propiciar um ambiente correto para a apresentação e discussão de reclamações recebidas, bem como um processo justo para investigar situações detectadas. Disponibilizar aos funcionários várias formas para o encaminhamento de reclamações, criando um processo investigatório que respeite a privacidade e discuta qualquer assunto somente com as partes envolvidas;
- Criar um ambiente propício para a discussão de assuntos - Considerar a criação de um mecanismo que possa ser utilizado pelo funcionário para aconselhamento, de forma anônima. Disponibilizar pessoal treinado para aconselhamento e discussão de possíveis casos, promovendo discussões e palestras sobre o assunto.

Convém ressaltar, que os itens sugeridos acima deverão servir apenas como um ponto inicial para referenciar o grande número de alternativas possíveis, a partir da criatividade de cada empresário, e que certamente virão de encontro com as necessidades da sociedade brasileira, tão carente de ações nesta área.

2.6 Público Alvo do Balanço Social

O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa, servindo como um instrumento capaz de agregar valor, causar surpresas e desencadear ações, buscando para o usuário, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção das informações úteis e relevantes a serem divulgadas.

Assim, o Balanço Social procura atender aos vários tipos de usuários interessados em diferentes tipos de informações:

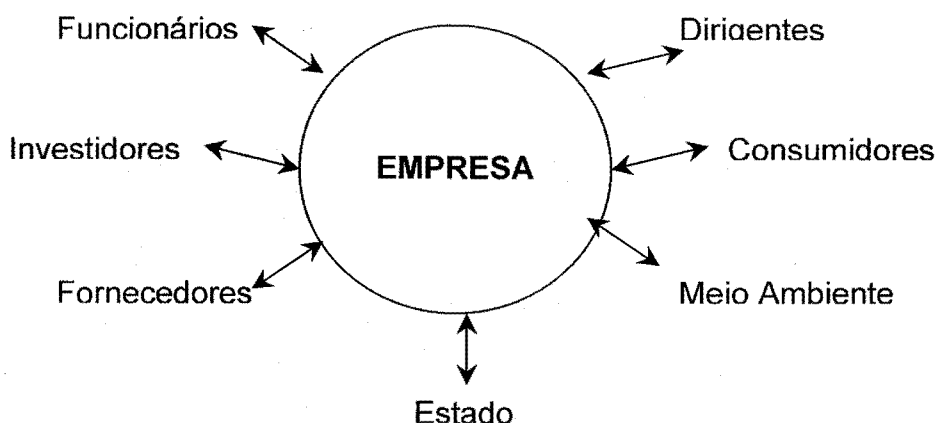
- Funcionários: as informações contidas no Balanço Social podem proporcionar aos trabalhadores apoio para negociações com a categoria patronal. Apresentam também, indicadores que demonstram a influência que a empresa exerce sobre a sociedade e, principalmente, por divulgar as ações desenvolvidas em benefício aos funcionários (plano de carreira, treinamentos, etc.);
- Acionistas: oferece um conjunto de informações que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, registrando ações no campo social, na base temporal passado/presente/futuro, permitindo maior segurança na tomada de decisão em relação a seus investimentos;
- Dirigentes: o Balanço Social contribui aos dirigentes por ser um instrumento de controle, de planejamento e de tomada de decisão, permitindo identificar oportunidades e tendências internas e externas, desenvolvendo assim, ações capazes de melhorar os dois ambientes;
- Fornecedores: a estes, demonstra as políticas implementadas no campo social, aumentando a confiabilidade em relação à empresa com a qual negociam (parceria, continuidade, etc.);
- Clientes: o Balanço Social dá oportunidade aos clientes, de conhecerem as políticas da empresa, suas ações sociais, sua relação com os funcionários, o conhecimento do padrão de qualidade dos produtos/serviços que a

empresa lhes oferece, e outros, permitindo ao cliente traçar um perfil da empresa, e possibilitar assim, maior tranquilidade na opção do produto e/ou serviço pretendido;

- Sociedade: a sociedade, através dos órgãos legais, possibilita às empresas, a execução de suas atividades, tendo a obrigação e o direito de fiscalizar as ações desenvolvidas pelas organizações, com o intuito de identificar possíveis danos e abusos praticados contra a própria sociedade e contra o meio ambiente. Além de deixar a comunidade a par dos acontecimentos, internos e externos, favoráveis e desfavoráveis, decorrentes da atividade desenvolvida;
- Governos: com base no Balanço Social o poder público poderá preparar um vasto banco de dados, que possibilitará a geração de informações por segmentos sociais, por atividades desenvolvidas, por região, etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos baseados na realidade. Poderá também, verificar os tributos recolhidos, bem como o potencial de arrecadação dos mais variados segmentos, principalmente se tomar como base a Demonstração do Valor Adicionado. Assim, o Balanço Social será utilizado como um instrumento de apoio para o planejamento e a tomada de decisão governamental, mostrando a realidade e as tendências das ações sociais e ambientais da empresa;
- Estudiosos: a junção dos vários balanços sociais irá gerar um banco de dados, o qual servirá de subsídio para a compreensão da realidade, além de desencadear o estudo e desenvolvimento de novas pesquisas, sejam na área econômica, ambiental, contábil, administrativa, social, e outras;
- Concorrentes: são considerados usuários do Balanço Social, pois aproveitam os dados para investigar a vida da empresa divulgadora, projetando o nível de competitividade, novas tendências, distribuição do mercado, formas de financiamento e outras ações desenvolvidas de responsabilidade social;

- Sindicatos: estes podem aproveitar as informações oriundas do demonstrativo para aprimorar o processo de negociação com a classe empresarial, bem como para verificar as ações implementadas na área social, que dizem respeito ao quadro de associados.

O autor Gonçalves (1980. 40) propõe a representação gráfica abaixo, que apresenta de forma simplificada, as inter-relações desenvolvidas entre a empresa e aqueles que compõem o seu ambiente, ilustrando o entendimento das dimensões da responsabilidade social da empresa:



Levando em consideração o desenho proposto, a Contabilidade deveria fornecer informações diversificadas para cada usuário, procurando melhor conhecer e atender suas expectativas. Como ainda não existe um referencial condizente com a real necessidade dos usuários, Ludícibus sugere a “construção de um arquivo básico de informação contábil que possa ser utilizado de forma flexível por vários tipos de usuários, cada um com ênfases diferentes ou naquele tipo de informação, neste ou naquele princípio de avaliação, porém extraídos todos os informes do arquivo básico ou “data-base” estabelecido pela Contabilidade”.

Há que se investir num programa de pesquisa que permita a construção de um banco de dados relativo ao atendimento das expectativas dos usuários do Balanço Social, propiciando uma maior proximidade no atendimento do que o usuário espera e o que a empresa pode lhe oferecer.

2.7 Busca de Modelos para o Balanço Social

No Balanço Social deve-se informar a influência da empresa na sociedade e no meio ambiente, além das informações que contribuem para a qualidade de vida da organização e para a promoção humana de seus empregados.

Dentre as informações que podem ser consideradas no balanço social, salientamos: a evolução do emprego, relações profissionais, formação profissional, treinamentos, condições de higiene e segurança, outras condições de vida dependentes da empresa, tais como transporte, creches, proteção ao meio ambiente, utilização da riqueza da empresa, etc.

A demonstração do Balanço Social deve ser formada por indicadores/índices/valores econômicos, sociais e ecológicos, que venham a complementar o atual sistema de informação contábil. Como não existe uma regulamentação internacional para tal, as empresas poderão optar por divulgar os dados que entenderem relevantes e da forma que melhor lhes convém. Assim, a maioria dos balanços serão frutos de atitudes espontâneas, as quais não seguem efetivamente uma estrutura básica, com exceção dos países onde ela é obrigatória. (Vide no Anexo 3, as demonstrações de Balanço Social publicadas por algumas empresas).

Vale ressaltar, que também não existe um balanço para os acionistas e um balanço para o pessoal. O mesmo documento reúne os indicadores úteis para julgar a situação econômica e apreciar os dados sociais e ambientais.

Encontram-se listadas abaixo, algumas informações favoráveis e desfavoráveis que foram encontradas nos Balanços Sociais já publicados e divulgados a partir da década de 70, conforme demonstra a obra de Kroetz (2000. 88):

“a) Influências favoráveis no espaço temporal passado/presente:

- relação da entidade com empregados (política salarial, normas de recrutamento, investimentos em treinamento, programas de saúde, programas de educação, etc.);

- características do quadro funcional (faixa etária, escolaridade, tempo de exercício da atividade na entidade, índices de satisfação, etc.);
- investimentos em segurança – interna e externa (programas de treinamento, aquisição de equipamentos de segurança, etc.);
- investimentos em higiene (programas de limpeza, aquisição de equipamentos, índices de condições de trabalho, etc.);
- contribuição a governos (valor de impostos, taxas e contribuições);
- doações e investimentos em programas sociais (contribuições à comunidade externa: investimento em cultura, pesquisas, educação, etc.);
- investimentos no meio ambiente (medidas de prevenção, aquisição de equipamentos despoluidores, etc.).

b) Influências desfavoráveis no espaço temporal passado/presente:

- relação com empregados (índices de doenças causadas pela atividade, programas de demissões, etc.);
- prejuízos à comunidade (influência nos níveis de desemprego, atividades/produtos que causam danos à saúde da população, etc.);
- prejuízos ao meio ambiente (danos ambientais causados pelas atividades/produtos).

c) Influências futuras (Planejamento Estratégico) favoráveis e desfavoráveis:

- relação com empregados (programas de educação e saúde, políticas salariais, novos programas de treinamento, políticas de demissão de pessoal, etc.);
- desenvolvimento de novas tecnologias (investimento em pesquisa, novos produtos, etc.);
- novos programas e investimentos em segurança;
- novos programas e investimentos em higiene;
- novos programas de investimento na sociedade (cultura, esporte, educação, saúde, etc.);
- novos programas de investimentos no meio ambiente (medidas preventivas, programas de recuperação ambiental, possíveis danos a serem causados, etc.)”.

Desde 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) vinham chamando a atenção de empresários e de toda a sociedade, para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

A partir de inúmeras reuniões e debates com diversos representantes de empresas públicas e privadas, o Ibase desenvolveu um modelo de Balanço Social que busca estimular todas as empresas a divulgá-lo, independente do tamanho e setor. Este modelo relaciona as informações por categorias (indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional) além de informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, que propõem a demonstração do valor adicionado (relatado posteriormente).

Apresenta-se a seguir, como sugestão da autora deste trabalho, o modelo proposto pelo Ibase acompanhado das informações para seu preenchimento:

1. Base de cálculo		2002 Valor (mil reais)			2001 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)							
Resultado operacional (RO)							
Folha de pagamento bruta (FPB)							
2. Indicadores sociais internos		Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação							
Encargos sociais compulsórios							
Previdência privada							
Saúde							
Segurança e medicina no trabalho							
Educação							
Cultura							
Capacitação e desenvolvimento profissional							
Creches ou auxílio-creche							
Participação nos lucros ou resultados							
Outros							
Total - Indicadores sociais internos							
3. Indicadores sociais externos		Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação							
Cultura							
Saúde e saneamento							
Esporte							
Combate à fome e segurança alimentar							
Outros							
Total das contribuições para a sociedade							
Tributos (excluídos encargos sociais)							
Total - Indicadores sociais externos							
4. Indicadores ambientais		Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa							
Investimentos em programas e/ou projetos externos							
Total dos investimentos em meio ambiente							
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período							
Nº de admissões durante o período							
Nº de empregados(as) terceirizados(as)							
Nº de estagiários(as)							
Nº de empregados(as) acima de 45 anos							
Nº de mulheres que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							
Nº de negros(as) que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais							
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2002			Metas 2003		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa							
Número total de acidentes de trabalho							
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %
% de reclamações e críticas solucionadas:		na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2002:			Em 2001:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % acionistas	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % acionistas
		_____ % retido			_____ % retido		
7. Outras informações							

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa. Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRIÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam comprovadamente envolvidas com exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período
Folha de pagamento bruta	Valor total da folha de pagamento
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
7. Outras informações	
Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência	

2.8 Balanço Social – Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA)

Dentre os projetos que se desenvolvem para proteção e preservação do meio ambiente, melhorias já realizadas para controle de poluição de ar, água, medidas físicas, quantitativas e qualitativas de resíduos e seus impactos, etc., o balanço social poderá apresentar também uma informação de natureza econômica a ser utilizada por vários tipos de usuários. Trata-se da Demonstração do Valor Adicionado, que apresenta a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição entre os vários elementos que contribuíram para sua criação.

Segundo Kroetz (2000. 40), “a DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza agregada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios, etc”.

A demonstração do valor adicionado poderá ser utilizada pelas empresas na identificação, análise e comunicação quanto ao montante de recursos adicionais gerados para a economia (local, regional, nacional, setorial, etc.), bem como para relacionar as fontes e as aplicações dessa riqueza para quem dela se beneficiou.

Existem dois referenciais para mensuração do cálculo do valor adicionado, qual sejam, a produção e a venda.

Quando utiliza-se como base de mensuração a produção, o valor adicionado é calculado em função dos bens e serviços produzidos. Nesse caso, é importante saber qual o tratamento que será dado aos estoques de produtos acabados e em elaboração. No cálculo utilizando-se as vendas, o custo das compras de bens e serviços de terceiros refere-se aos produtos vendidos.

No Brasil, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado vem sendo feita a partir da Demonstração do Resultado do Exercício, tomando por base o total das vendas efetuadas.

Apresenta-se a seguir um exemplo da geração do valor adicionado e sua distribuição, considerando como base de mensuração as vendas.

Empresa Alfa

Demonstração do Resultado

Vendas	R\$ 25.000
- Materiais	R\$ 10.000
- Mão-de-obra	R\$ 5.000
- Juros	R\$ 3.000
- Impostos	R\$ 3.000
= Juros	R\$ 4.000

Empresa Alfa

Geração do Valor Adicionado

Vendas	R\$ 25.000	100%
- Materiais adquiridos	R\$ 10.000	40%
= VAB	R\$ 15.000	60%

Empresa Alfa

Distribuição do Valor Adicionado

Mão-de-obra	R\$ 5.000	33%
Remuneração Capital de Terceiros	R\$ 3.000	20%
Governo	R\$ 3.000	20%
Remuneração Capital Próprio	R\$ 4.000	27%
Total Adicionado	R\$ 15.000	100%

A informação do Valor Adicionado pelas empresas em muito enriquece a informação contábil, sendo de importância para todos os analistas contábeis, visto que empresas que possuem baixo Valor Adicionado, em relação ao total dos ativos,

podem ser vistas como menos eficientes do que outras, e candidatas fortes ao desaparecimento.

Apesar de serem derivados em sua maior parte de contas financeiras, os Demonstrativos de Valor Adicionado tem lugar na literatura da Contabilidade socialmente orientada.

Assim, o Balanço Social, que complementa o sistema de informações da contabilidade, não se refere apenas à divulgação de informações relacionadas com o social, mas também com o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade.

2.9 Custo/Benefício do Balanço Social

Considerando que no Balanço Social as informações divulgadas abrangem um variado número de usuários e que, cada um deles impõe um grau diferenciado de importância e de utilidade, torna-se difícil a mensuração do mesmo, quanto ao custo/benefício para a empresa.

Muitas vezes, o custo da coleta/escrituração/demonstração é superior ao benefício oriundo da informação.

Entretanto, convém ressaltar que o investimento realizado no âmbito social poderá prevenir possíveis gastos adicionais, perdas, desperdícios e multas, e ainda contribuir para melhoria na qualidade de vida da população e dos funcionários. Além disso, poderá aumentar a produtividade e a lucratividade da empresa, bem como, melhorar a imagem e a qualidade do produto e da entidade.

Sob esta ótica, parece lógico afirmar, que a demonstração do Balanço Social proporciona um benefício superior ao custo de sua divulgação, uma vez que a coleta de informações não precisa de grandes investimentos, nem de alterações substanciais no sistema de informações da entidade.

Partindo da premissa do acima exposto, acredita-se que entre os benefícios gerados com a divulgação do Balanço Social está a possibilidade dos seus usuários poderem avaliar as ações desenvolvidas, bem como as influências exercidas pelas mesmas no ambiente interno e externo, construindo com isso, seu próprio juízo de valor e desencadeando ações individuais e/ou coletivas de aprovação ou repúdio às ações/políticas organizacionais e governamentais.

Os dados acima apresentados indicam que os empresários, ao investirem em ações de responsabilidade social e conseqüentemente no Balanço Social, deverão considerá-lo não como um gasto a mais, mas sim, como um investimento.

No sentido de assegurar a confiabilidade dos dados apresentados pelo Balanço Social, faz-se mister a implantação de um processo de auditoria, tema sobre o qual se discorrerá no próximo capítulo.

3 AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL

Considerando os aspectos relativos ao Balanço Social, abordados no capítulo anterior, julgou-se fundamental para assegurar a execução de um trabalho de qualidade e transparência, incluir na presente monografia, noções básicas e elementares referente ao processo de Auditoria, voltado ao tema em questão.

A necessidade do estudo e desenvolvimento de uma metodologia de Auditoria é verificada a partir do momento que as demonstrações do Balanço Social são publicadas, atingindo as variadas classes de usuários. O intuito da auditoria é o de contribuir com o processo de evolução da Contabilidade e de levar à sociedade e aos demais usuários, informações transparentes e confiáveis.

“Devido à crescente pressão por maior responsabilidade das empresas, posso prever o dia em que: além do balanço financeiro anual, certificado por auditores independentes, as empresas terão que publicar um balanço social igualmente certificado”. (Duarte: 1986)

A auditoria, segundo Cook (1983. 4), “é o estudo e avaliação sistemáticos de transações, procedimentos, operações e das demonstrações financeiras – acrescenta-se sociais e ecológicas (balanço social) – resultantes. Sua finalidade é determinar o grau de observância dos critérios estabelecidos e emitir um parecer (relatório de opinião e recomendações, no caso do Balanço Social) sobre o assunto”.

Desta forma, o objetivo da auditoria é o de verificar os elementos contábeis e sociais e a determinação e exatidão das demonstrações e relatórios contábeis, sociais e ambientais. Além de procurar determinar se as demonstrações contábeis e os registros que lhe deram origem, são confiáveis.

São muito os benefícios da implementação da Auditoria do Balanço Social. Dentre eles, Kroetz (2000. 90) cita:

- “1. redução de riscos ambientais e sociais;
2. redução de custos – com implementação de modelos de prevenção;

3. novas oportunidades de mercado;
4. maior confiança na organização, por parte de investidores, credores e sociedade em geral;
5. avaliação dos procedimentos de cálculos tributários;
6. maior comprometimento e participação dos empregados; e,
7. conseqüentemente, maior nível de qualidade organizacional e social”.

Para a implementação da auditoria do balanço social, é necessário o desenvolvimento de um modelo próprio, o qual deverá complementar todas as metodologias peculiares às suas atividades, ou seja, o auditor deverá seguir as etapas que proporcionarão o planejamento e a execução do trabalho requisitado pelo auditado, utilizando-se de técnicas e de procedimentos usuais em auditoria, além de outros específicos à auditoria do Balanço Social. Caberá também ao auditor, a realização de uma avaliação do trabalho, com a emissão de sua opinião, bem como recomendações em relação ao que foi auditado.

Vale ressaltar, que os trabalhos de auditoria do balanço social poderão ser desenvolvidos por auditores internos (no âmbito da organização), e/ou confirmados por auditores externos (auditoria independente), objetivando um maior grau de qualidade, confiança e garantia à gestão e aos seus usuários.

Não existem ainda, normas internacionais que disciplinem a auditoria. No entanto, acredita-se que com o início e divulgação de um maior número de informações sociais e ecológicas, em curto prazo de tempo, poderão ser estabelecidos parâmetros, originando os futuros princípios ecológica e socialmente aceitos, à semelhança dos princípios contábeis e das normas internacionais de auditoria que evoluíram ao longo do tempo.

3.1 Metodologia para Auditoria do Balanço Social

Kroetz (2000. 92) considera algumas etapas metodológicas como importantes para a construção do modelo de auditoria do Balanço Social, quando o auditor inicia o processo de coleta de dados, para chegar à elaboração do relatório, onde exporá sua opinião e recomendações:

a) Conhecimento das Políticas de Gestão – o auditor deverá procurar identificar as políticas e estratégias da empresa auditada, principalmente na área de recursos humanos (social) e ambiental (ecológico), observando assim, sua forma de implementação, uma vez que elas irão refletir, significativamente, no sentido da visão holística, necessária para o encaminhamento do trabalho. O auditor deverá verificar também, no processo de revisão e avaliação, o cumprimento ou não das políticas mencionadas pela empresa;

b) Objetivos Organizacionais – o conhecimento dos objetivos organizacionais, que tem como característica básica, a capacidade de criar parâmetros ou metas a serem atingidas, constitui-se em elemento de grande importância;

c) Ambiente Organizacional – cabe ainda ao auditor, procurar familiarizar-se com a estrutura organizacional, ou seja, é fundamental que conheça as partes do ambiente que compõem a entidade, demonstrando sua forma de trabalho, bem como a importância para a organização. Para o real entendimento dos ambientes da empresa, o auditor poderá trabalhar com entrevistas, fluxogramas e outros;

d) Ambiente Externo – para a preparação do modelo de auditoria, o auditor deverá observar o grau de interação, interdependência e comprometimento entre o ambiente externo e a empresa. O profissional deverá buscar parâmetros externos e internos que facilitem a efetivação de sua avaliação (experiências em outras empresas/entidades, leituras que apontem parâmetros confiáveis, podendo servir de base para realização de seu trabalho).

3.2 Modelo de Auditoria do Balanço Social

O modelo de Auditoria para o Balanço Social deve preocupar-se em conhecer o ambiente interno e externo da organização, que interfere no processo de gestão.

As informações necessárias ao auditor são formadas pelo reforço do conhecimento das políticas de gestão, dos objetivos organizacionais e da estrutura de controle interno e suas relações com o ambiente externo. Estes sistemas irão então, construir o conjunto de controles internos, os quais serão objetos de

avaliação do auditor e, quanto maior o grau de confiança depositado no controle interno, será menor a necessidade de coleta de evidências, bem como a extensão dos procedimentos que o auditor terá de aplicar, para certificar-se da conformidade do sistema de gestão, com base na experiência que possui como profissional independente e com qualificação para tal.

O conhecimento dos controles internos aliado à leitura do ambiente, sob a ótica das influências externas, proporcionará ao auditor, condições de elaborar o seu programa de trabalho, considerando padrões de qualidade e confiabilidade, através da utilização de partes da população a ser avaliada – técnicas de amostragem.

3.3 Fases do Modelo de Auditoria do Balanço Social

Para Kroetz (2000. 98-103), o modelo de auditoria do Balanço Social, é composto por cinco etapas fundamentais ao seu adequado desenvolvimento:

a) Planejamento – parte mental do programa a ser executado, essencial para o êxito da auditoria. A elaboração de um bom planejamento, pelo programa de auditoria, deve levar em conta um sistema particular de informações do cliente, os seus controles internos e a análise do ambiente;

b) Execução (Desempenho) – constitui-se no próprio desempenho dos trabalhos de auditoria, abrangendo aspectos de planejamento, execução, controle e comunicação dos resultados e avaliações;

c) Avaliação de Desempenho – examina aspectos da eficiência e eficácia, antes, durante e após a fase de execução dos processos de auditoria. A atividade de auditoria deve seguir determinados padrões de qualidade, com o intuito de garantir a confiabilidade e gerar o maior número de informações possíveis para a empresa e sociedade;

d) Comunicação dos Resultados – durante a auditoria, são transmitidos à administração relatórios provisórios para comentários, discussão e contribuições, os

quais se constituem a base para o relatório final, apresentado na conclusão dos trabalhos;

e) Experiência (Feedback) – ao final de cada trabalho, o auditor aumenta seus conhecimentos e informações, o que lhe possibilitará uma maior experiência profissional e melhor percepção e assimilação de novas situações, podendo aplicá-los em futuros trabalhos.

A auditoria do Balanço Social avalia as áreas de responsabilidade social e ecológica de entidades/empresas, no sentido de verificar a coerência da gestão, identificando pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que se apresentam, visando construir um relatório que ofereça subsídios para a tomada de decisões e o estabelecimento de um plano estratégico para o seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A questão social no Brasil mudou de natureza no decorrer das décadas de 80 e 90. Isso vem colocando desafios de reformulação dos conteúdos e da textura institucional das políticas sociais e, por conseqüência, delineando novas oportunidades para o avanço do processo de integração social e extensão da condição de cidadania.

O compromisso social de uma empresa é muito maior hoje do que há alguns anos, isto porque a mesma vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Cada vez mais, num cenário de crise social, é exigido dos trabalhadores melhor preparo e maior predisposição a mudanças em suas funções profissionais.

Neste sentido, é fundamental que sejam priorizadas iniciativas que visem incentivar empresas e os demais segmentos da sociedade no desenvolvimento de ações de responsabilidade social.

Entretanto, a responsabilidade social não deve ser concebida apenas como uma ação filantrópica e caritativa, mas sim como um conjunto de estratégias que busquem resultados de bem-estar para a sociedade em geral, mesmo que a longo prazo.

As ações de responsabilidade social desencadeadas devem necessariamente, culminar no Balanço Social, que se constitui numa ferramenta que possibilita avaliar e informar os fatos sociais vinculados à empresa, demonstrando aos mais diferenciados usuários (funcionários, clientes, acionistas, investidores, fornecedores e outros) as suas preocupações para com a sociedade.

O Balanço Social surgiu como demonstração contábil que tem como objetivo genérico, suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social para a sociedade como um todo.

Esse instrumento estabelece, de modo simplificado, uma comunicação entre a empresa que produz utilidades e a sociedade que espera extrair delas algum benefício; e, reversivamente, entre a sociedade que se dispõe a pagar altos custos sociais pelas utilidades consumidas e a empresa.

Constitui-se ainda, em mais um campo de trabalho para a Contabilidade Brasileira abraçar e defender a sua causa, estudando-a e transformando-a em um exemplo a ser seguido e visando contribuir para a melhoria social e ambiental.

O investimento neste campo é fundamental, uma vez que a sociedade merece ser informada dos esforços em função do social e sua divulgação é positiva para as empresas, quer do ponto de vista de sua imagem, quer do ponto de vista de melhoria e qualificação da informação contábil-financeira. As empresas devem ter em mente que as ações de responsabilidade social devem ser consideradas não como um gasto, mas como um investimento, já que o mesmo poderá prevenir possíveis gastos adicionais, perdas, desperdícios, contribuindo ainda para a melhoria da qualidade de vida da população e dos próprios funcionários, além de possibilitar o aumento na produtividade e lucratividade da empresa.

Por fim, o Balanço Social não deve ser visto como um simples ato de boa vontade da empresa, mas uma necessidade de operacionalizar as finalidades da mesma e de tornar públicos, explícitos, os seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 LIVROS

BORBA, Elisabete R. de Lima et alii. **Terceiro Setor, responsabilidade social e voluntariado**. Curitiba: 2001. p. 53-59.

CARVALHO, J. Eduardo. **O balanço social da empresa: Uma abordagem sistêmica**. Portugal: Minerva, s/d. p. 54 – 65.

COOK, John W. & WINKLE, Gary M. **Auditoria: filosofia e técnica**. São Paulo: Saraiva, 1983.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 99 – 106.

DANZIGER, Raymond. **Le bilan social, outil d'information et de gestión**. Paris: Bordas, 1983.

DUARTE, Gleuso D. & DIAS, José Maria A. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Fundação Assistência Brahma, 1986.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanço social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 11 – 33.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KRÖETZ, Cesar Eduardo S. **Balanço Social. Teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. p. 99 – 147.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1982. p. 118 – 147.

LUCA, Márcia Martins M. de. **Demonstração do Valor Adicionado. Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

PACHECO, Vicente. **A contabilidade de recursos humanos e o capital intelectual das organizações**. 1. ed. Curitiba: CRC – PR, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 151 – 174.

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001. p. 97 –113.

TINOCO, João Eduardo P. **Balanco Social. Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

2 PERIÓDICO

KRÖETZ, Cesar Eduardo S. **Balanco social: uma proposta de normalização**. Revista do CRC PR, Curitiba: CRCPR. ano 27. nr. 132, 1º quadrimestre de 2002. p.46.

RIBEIRO, Maisa de Souza & LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanco social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: 1999 jan/fev, v. 28, n. 115, p. 72.

RODRIGUES, Alberto Almada. **Da sociologia da contabilidade à auditoria sócio-econômica**. Revista Paulista de Contabilidade, São Paulo: s.d.

3 TESE

CARNEIRO, Guido A. da Silva. **Balço social: Histórico, evolução e análise de algumas experiências selecionadas.** São Paulo, 1994. 114 p. Dissertação – Setor de Administração, Fundação Getúlio Vargas.

TINOCO, João Eduardo P. **Balço Social: Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade.** São Paulo: FEA-USP, 1984. (Dissertação Mestrado).

4 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Balço Social – Herbert de Souza: <http://www.balancosocial.org.br> - 08/04/2002

Balço Social – Antônio Lopes de Sá: <http://www.lopesdesa.com> - 21/02/2003

Estrutura Trabalhos de Graduação: <http://teoriapratica.virtualave.net> - 10/02/2003

Responsabilidade Social: <http://www.marketingdecausasocial.com.br> - 21/02/2003

Responsabilidade e Balço Social: <http://www.ethos.org.br> - 07/05/2002

5 CATÁLOGO

COEP – PR. **Balço Social 98/99.** Curitiba. 1998/1999.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.** Bruxelas. 2001

ANEXOS

ANEXO 1

Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº 3.116 DE 1997

(Das Sras. Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling)

Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo Único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

Parágrafo Único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico- social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, cada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos investimentos feitos na empresa.

Registre-se que desde 1977 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema tem merecido a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97).

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o *perfil social das empresas*. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1997.

Deputada **MARTA SUPLICY (PT/SP)**

Deputada **MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (PT/RJ)**

Deputada **SANDRA STARLING (PT/MG)**

ANEXO 2

PROJETO DE LEI Nº 0032 DE 1999 (Do Sr. Paulo Rocha)

Cria o balanço social
para as empresas que menciona e dá
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhado o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

§ único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

§ único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico- social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

§ Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, dada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos indicadores desses contextos.

Registre-se que desde 1997 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema mereceu a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97), tendo as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, apresentado projeto de semelhante teor na última legislatura sob o nº 3.116. Embora não tenham sido reeleitas para esta legislatura, a importância da questão continua a exigir regulamentação, razão pela qual estou reapresentando o tema.

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o perfil social das empresas. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá

como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na buscas de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões.

Deputado Paulo Rocha PT/PA

ANEXO 3

Balanço Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

		Em Reais				
1) Base de cálculo		1999		1998		
1.1) Receita Operacional Líquida (ROL)		552.626.932,20		518.786.164,39		
1.2) Prejuízo Operacional Líquido		(17.736.034,51)		(59.967.745,25)		
1.3) Folha de Pagamento Bruta (FPB)		264.291.945,61		268.147.184,07		
1.4) Empresas Prestadoras de Serviços		7.405.186,14		5.033.061,92		
2) Indicadores Laborais	Valor	% Sobre		Valor	% Sobre	
		ROL	FPB		ROL	FPB
2.1) Alimentação	15.604.197,40	2,82	5,90	13.019.162,94	2,50	4,85
2.2) Encargos Sociais Compulsórios	88.136.692,23	15,95	33,35	86.937.312,11	16,76	32,42
2.3) Previdência Privada	23.869.225,11	4,32	9,03	22.819.291,18	4,40	8,51
2.4) Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho	8.043.430,37	1,46	3,04	7.318.547,56	1,41	2,73
2.5) Educação	16.709.430,90	3,02	6,32	15.327.728,78	2,95	5,72
2.6) Creches/Auxílio Creche	152.160,17	0,02	0,06	136.116,01	0,03	0,05
2.7) Outros Benefícios	14.803.298,03	2,68	5,60	4.862.990,45	0,94	1,81
Total Indicadores Laborais	167.318.434,21	30,27	63,30	150.421.149,03	28,99	56,09
3) Indicadores Sociais	Valor	% Sobre		Valor	% Sobre	
		ROL	FPB		ROL	FPB
3.1) Tributos (Excluí dos Encargos Sociais)	2.557.567,02	0,46	0,96	2.267.010,76	0,44	0,85
3.2) Contribuições para a Sociedade/Investimentos em Cidadania	92.193.400,27	16,68	34,89	84.731.177,62	16,33	31,60
3.2.1) Agricultura	85.219.453,00	15,42	32,25	80.000.000,00	15,42	29,84

3.2.2) Reforma Agrária	545.419,00	0,10	0,21	574.586,75	0,11	0,21
3.2.3) Apoio Comunitário	1.110.366,69	0,20	0,42	151.454,00	0,03	0,06
3.2.4) Comunidades Indígenas	162.577,00	0,03	0,06	51.848,29	0,01	0,02
3.2.5) Segurança Alimentar	4.009.226,35	0,72	1,52	1.104.033,00	0,21	0,41
3.2.6) Educação e Formação Profissional Externa	1.146.358,25	0,21	0,43	2.849.255,58	0,55	1,06
3.3) Investimentos em Meio Ambiente e Educação Ambiental	821.753,55	0,15	0,31	1.573.748,40	0,30	0,58
Total Indicadores Sociais	95.572.720,86	17,29	36,16	88.571.936,78	17,07	33,03
4) Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas à Sociedade (TD)	6.193.649.767,65	1.120,76	2.343,48	4.763.349.000,00	918,17	1.776,39
5) Lucro Social (2 + 3 + 4)	6.456.540.922,72	1.168,33	2.442,95	5.002.342.085,81	964,23	1.865,52
6) Indicadores do Corpo Funcional	1999		1998			
6.1) N° de Empregados ao Final do Período	8.619		8.660			
6.2) N° de Admissões Durante o Período	90		155			
6.3) N° de Mulheres que Trabalham	1.915		1.924			
6.4) Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	22,53%		20,35%			
6.5) N° de empregados portadores de deficiência	12					

Você está recebendo uma cópia dos Balanços Sociais de 2001 das empresas Viação Grande Vitória Ltda. e Granvitur Fretamento e Turismo Ltda., os quais também estão sendo publicados para toda a sociedade em veículos de comunicação e na home-page da empresa (www.vgv.com.br).
Como reconhecimento por seu compromisso com a transparência da Gestão e com a responsabilidade social foi conferido à Grande Vitória o selo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas IBASE.

Viação Grande Vitória Ltda.
CNPJ 28.126.720/0001-17

1) Base de Cálculo	2001			2000		
	Valor (x 1.000 reais)			Valor (x 1.000 reais)		
Receita Líquida (RL)	15.011			13.727		
Resultado Operacional (RO)	-2.573			-3.938		
Filha de Pagamento Bruto (FPB)	4.356			4.356		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
	(x mil R\$)	FPB	RL	(x mil R\$)	FPB	RL
Alimentação	830	18,43	5,57	754	17,31	5,50
Encargos Sociais compulsórios	1.828	40,30	12,17	1.831	42,06	13,34
Previdência Privada	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Saúde	147	3,24	0,98	214	4,91	1,56
Segurança e Medicina no Trabalho	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Educação	10	0,22	0,07	10	0,23	0,07
Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	39	0,87	0,26	52	1,19	0,38
Creches ou auxílios-creche	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Outros	220	4,86	1,47	87	1,98	0,63
Total Indicadores Sociais Internos	3.980	67,92	20,52	2.948	67,83	21,48
3) Indicadores Sociais Externos	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
	(x mil R\$)	RO	RL	(x mil R\$)	RO	RL
Educação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Cultura	1	-0,02	0,00	1	-0,02	0,01
Saúde e Saneamento	0	-0,01	0,00	1	-0,03	0,01
Habitação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Esporte	2	-0,07	0,01	1	-0,02	0,01
Lazer e Diversão	1	-0,03	0,00	1	-0,02	0,01
Creches	0	-0,01	0,00	1	-0,01	0,00
Alimentação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Outros	2	-0,07	0,01	13	-0,34	0,10
Total das Contribuições para a Sociedade	6	-0,21	0,04	17	-0,44	0,14
Tributos (exceto encargos sociais)	1.500	-56,61	9,99	1.373	-34,88	10,00
Total Indicadores Sociais Externos	1.506	-56,22	10,03	1.390	-35,30	10,14
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a Operação da empresa	ND	0,00	0,00	ND	0,00	0,00
Em programas e/ou projetos externos	ND	0,00	0,00	ND	0,00	0,00
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	ND	0,00	0,00	ND	0,00	0,00
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período	659			660		
Nº de admissões durante o período	91			121		
Nº de empregados terceirizados	0			0		
Nº de empregados acima de 45 anos	211			253		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	35			60		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	44			33		
Nº de negros que trabalham na empresa	90			85		
% de cargos de chefia ocupados por negros	0			0		
Nº de empregados portadores de deficiência	26			23		
6) Informações relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25			23,98		
Número total de Acidentes de Trabalho	7			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	[] pela Direção [X] todos os empregados			[] pela Direção [X] todos os empregados		
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos:	[] pela Direção [X] todos os empregados			[] pela Direção [X] todos os empregados		
A previdência privada contempla: Não há	[X] a Direção [] todos os empregados			[X] a Direção [] todos os empregados		
A participação nos Lucros e Resultados contempla: Não há	[X] a Direção [] todos os empregados			[X] a Direção [] todos os empregados		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados [X] são considerados			[] não são considerados [X] são considerados		
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho, a empresa:	[] não se aplica [X] todos os empregados			[] não se aplica [X] todos os empregados		
7) Outras informações	<p>Em 2000, a Grande Vitória buscou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade no padrão normativo ISO 9000, conquistada em Janeiro de 2001. Simultaneamente foram desenvolvidas ações alinhadas com a Política de Qualidade, focadas no Meio Ambiente, o que resultou no início da implementação do padrão normativo ISO 14000 para o seu Sistema de Gestão Ambiental, em dezembro de 2001. Toda a estrutura da empresa foi projetada especialmente para oferecer mais praticidade e economia no desenvolvimento dos serviços, sempre em perfeita integração com a natureza.</p>					

Eletrobrás

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

<http://www.eletrabras.gov.br>

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 00001180/0001-26

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço de Auditoria Independente com a empresa PricewaterhouseCoopers, com vigência de 24 meses, o qual findará em 14 de março de 2004, ao custo total de R\$ 514.974,00, não tendo contratado nenhum outro tipo de serviço com a empresa citada.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de Reais)

	Distribuição		Distribuição	
	2002	%	2001	%
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
1.1) Empréstimos e financiamentos concedidos	13.978.192	216,72	6.323.726	98,04
1.2) Provisão para devedores duvidosos	(906.901)	(14,06)	-	-
1.3) Não operacionais	(741.839)	(11,50)	(571.405)	(8,86)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1) Matérias-primas consumidas	-	-	-	-
2.2) Custo dos empréstimos e financiamentos obtidos	(3.286.914)	(50,96)	(1.143.246)	(19,97)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(493.675)	(7,65)	(102.794)	(1,80)
2.4) Perda/recuperação de valores ativos	(286.761)	(4,45)	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	8.262.102	128,10	4.506.281	78,72
4 - RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(7.791)	(0,12)	(2.822)	(0,05)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	8.254.311	127,98	4.503.459	78,67
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(2.944.997)	(45,86)	681.746	11,91
6.2) Receitas financeiras	1.140.572	17,68	539.012	9,42
	(1.804.425)	27,98	1.220.758	21,33
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.449.886	100,00	5.724.217	100,00
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	77.012	1,19	137.449	2,40
Impostos, taxas e contribuições	3.420.046	53,03	1.100.247	19,22
Juros e aluguéis	1.852.488	28,72	1.235.185	21,58
Dividendos e juros sobre capital próprio	425.000	6,59	1.488.228	25,99
Lucros retidos	675.340	10,47	1.863.008	32,50
	6.449.886	100,00	5.724.217	100,00

BALANÇO SOCIAL (em milhares de Reais)

1. Bases de Cálculo	2002			2001		
	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional
1.1 - Faturamento Bruto	8.385.120			7.237.835		
1.2 - Lucro Operacional	4.593.558			4.731.754		
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	63.024			68.320		
2. Indicadores Laboriais	2002			2001		
	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional
2.1 - Alimentação	2.910	4,62	0,06	2.743	4,01	0,06
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	11.455	18,18	0,25	8.801	12,88	0,19
2.3 - Previdência Privada	8.773	13,92	0,19	6.936	10,15	0,15
2.4 - Saúde	3.792	6,02	0,08	3.624	5,30	0,08
2.5 - Educação	3.057	4,85	0,07	3.923	5,74	0,08
2.6 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados	8.500	15,07	0,21	2.345	3,43	0,05
2.7 - Outros Benefícios	1.953	3,10	0,04	1.732	2,54	0,04
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	41.440	65,75	0,90	30.104	44,06	0,64
3. Indicadores Sociais	2002			2001		
	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional	Valor	% sobre Folha de Pagamento Bruta	% sobre Lucro Operacional
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	3.371.240	5,349,14	73,39	1.059.314	1,550,52	22,39
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/ Investimentos na Cidadania	64.571	102,45	1,41	21.373	31,28	0,45
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	12	0,02	0,00	96	0,14	0,00
Total - Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	3.435.823	5,451,61	74,80	1.080.783	1,581,94	22,84
4. Indicadores do Corpo Funcional	2002		2001			
	Nº de Empregados		Nº de Empregados			
4.1 - Nº de empregados ao final do período	799		700			
4.2 - Nº de admissões durante o período	112		4			

Rio de Janeiro, 13 de março de 2003

LUIZ PINGUELLI ROSA
Presidente



Balanço Social da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa)

1) Base de Cálculo	2001	2000
1.1.) Receita Líquida	6.884.000,00	6.244.000,00
1.2.) Lucro ou Prejuízo Operacional (PO)	(21.000,00)	(408.000,00)
1.3.) Folha de Pagamentos Bruta	4.818.000,00	4.588.000,00
2) Indicadores Laborais (IL)	Valor e % (IL/1.1)	Valor e % (IL/1.1)
2.1.) Encargos Sociais Compulsórios	1.049.000,00	986.000,00
2.2.) Educação e formação profissional interna	1.000,00	5.000,00
2.3.) Creches/Auxílio Creche	1.000,00	1.000,00
2.4.) Outros benefícios	73.000,00	57.000,00
Total Indicadores Laborais	1.124.000,00	1.049.000,00
3) Indicadores Sociais (IS)	Valor e % (IS/1.1)	Valor e % (IS/1.1)
3.1.) Tributos (excluídos encargos soc.)	56.000,00	43.000,00
3.2.) Contribuições para a Sociedade/investimentos em cidadania		
3.2.1.) Agricultura Familiar	1.449.000,00	867.000,00
3.2.2.) Educação e Formação Profissional externa	64.000,00	125.000,00
Total Indicadores Sociais	1.569.000,00	992.000,00
4) Indicadores do corpo funcional	2001	2000
4.1) N.º de empregos ao final do período	322	324
4.2) N.º de admissões durante o período	12	08
4.3) N.º de empregados terceirizados	11	12
4.4) N.º de empregados acima de 45 anos	126	169
4.5) N.º de mulheres que trabalham na empresa	67	66
4.6) % de cargos de chefia/coordenação ocupados por mulheres	24	22
4.7) N.º de negros que trabalham na empresa	09	09

5) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			2001		2000	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			20 vezes		21 vezes	
Número total de acidentes de trabalho			-		-	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalhos foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> pela direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva

USIMINAS

	2002						2001					
	Usiminas			Consolidado			Usiminas			Consolidado		
1. Base de Cálculo												
Receita líquida (RL)	3.714.079			6.633.852			2.942.383			4.882.509		
Resultado operacional (RO)	1.086.360			1.933.631			869.309			1.132.121		
Folha de pagamento bruta (FPB)	280.819			607.350			257.011			573.728		
2. Indicadores Sociais Internos												
	%FPB		%RL	%FPB		%RL	%FPB		%RL	%FPB		%RL
Alimentação	10.523	3.75	0.28	23.331	3.84	0.35	7.490	2.91	0.25	15.041	2.62	0.31
Encargos sociais compulsórios	76.657	27.30	2.06	157.294	25.90	2.37	69.247	26.94	2.35	164.076	28.60	3.36
Previdência privada	94.293	33.58	2.54	106.077	17.47	1.60	42.603	16.58	1.45	58.120	10.13	1.19
Saúde	6.267	2.23	0.17	14.462	2.38	0.22	7.901	3.07	0.27	14.508	2.53	0.30
Segurança e medicina no trabalho	6.331	2.25	0.17	7.257	1.19	0.11	5.548	2.16	0.19	6.100	1.06	0.12
Educação												
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.068	1.09	0.08	3.974	0.65	0.06	3.713	1.44	0.13	4.362	0.76	0.09
Creches ou auxílio-creche				12			1			2		
Participação nos lucros ou resultados				3.769	0.62	0.06	8.257	3.21	0.28	16.593	2.89	0.34
Seguros	1.019	0.36	0.03	1.624	0.27	0.02	1.074	0.42	0.04	1.673	0.29	0.03
Transporte	2.259	0.80	0.06	10.203	1.68	0.15	2.277	0.89	0.08	9.090	1.58	0.19
Outros	3.486	1.24	0.09	8.352	1.38	0.13	907	0.35	0.03	5.489	0.96	0.11
Total - indicadores sociais internos	203.903	72.61	5.49	336.355	55.38	5.07	149.018	57.98	5.06	295.054	51.43	6.04

3. Indicadores Sociais Externos

	RL	%RO		%RL	%RO		%RL	%RO		%RL	%RO	
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.371	13.15	44.95	531.521	8.01	27.49	529.202	17.99	60.88	669.920	13.72	59.17
Cultura	2.008	0.05	0.18	2.044	0.03	0.11	111		0.01	246	0.01	0.02
Total - indicadores sociais externos	490.379	13.20	45.14	533.565	8.04	27.59	529.313	17.99	60.89	670.166	13.73	59.20

4. Indicadores Ambientais

	%RL	%RO		%RL	%RO		%RL	%RO		%RL	%RO	
Relacionados com a operação da empresa	2.491	0.07	0.23	58.583	0.88	3.03	5.205	0.18	0.60	33.055	0.68	2.92
Em Programas e/ou projetos externos	243	0.01	0.02	243		0.01	166	0.01	0.02	166		0.01
Total - investimentos em Meio Ambiente	2.734	0.07	0.25	58.826	0.89	3.04	5.371	0.18	0.62	33.221	0.68	2.93

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

- () não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- (x) cumpre de 76 a 100%

- () não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- (x) cumpre de 76 a 100%